



**Autores**  
Alzemerri Martins Ribeiro de Britto  
Rodrigo Otávio Barioni

## **ADVOCACIA PÚBLICA E O NOVO CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL**

**Área específica**  
Direito Processual Civil.

Advocacia Pública e o Novo Código de Processo Civil é uma obra que examina diversos aspectos do processo civil brasileiro, focando em várias das novidades que mais interessam aos estudantes e profissionais do Direito.

Sua subdivisão em artigos monográficos proporciona um maior aprofundamento dos temas, em comparação ao que acontece com os Manuais e Comentários ao Novo Código de Processo Civil.

Trata-se de uma publicação elaborada, majoritariamente, por integrantes do quadro funcional da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE-BA), mas também por membros da Advocacia Geral da União e da Procuradoria Geral do Município de Salvador, daí também enfatizar assuntos relacionados com a Fazenda Pública em Juízo.

É, ainda, fruto da parceria celebrada com o Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que ministrou curso de extensão na sede da PGE/BA sobre o Novo Código de Processo Civil.

**Áreas afins**  
Advocacia Pública, Fazenda Pública em Juízo.

**Público-alvo/consumidores**  
Estudantes, advogados em geral e advogados públicos.

**FORMATO:** 17 X 24 cm  
**CÓDIGO:** 10001043

A189 Advocacia pública e o novo código de processo civil / Alzemerri Martins  
Ribeiro de Britto, Rodrigo Otávio Barioni (Coords.).-Belo Horizonte: Fórum, 2016.

408 p.  
ISBN: 978-85-450-0173-7

1. Direito Público. 2. Direito Processual Civil. 3. Advocacia Pública. I.  
Britto, Alzemerri Martins Ribeiro de. II. Barioni, Rodrigo Otávio. III. Título.

CDD 347  
CDU 347.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BRITTO, Alzemerri Martins Ribeiro de; BARIONI, Rodrigo Otávio (Coords.). Advocacia pública e o novo código de processo civil. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 408 p. ISBN 978-85-450-0173-7.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	19
A VALORIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO NOVO CPC	
CLÁUDIA MAGALHÃES GUERRA ATTINÃ	
PAULA FERNANDA SILVA FERNANDES	
FABIANA MARIA FARIAS SANTOS BARRETTO	
ISABELA MOREIRA DE CARVALHO	
MÁRCIA SALES VIEIRA	
ANTÔNIO CÉSAR MAGALDI .....	21
1 Introdução.....	21
2 Princípio do contraditório.....	25
3 Princípio da duração razoável do processo.....	28
4 Princípio da publicidade.....	33
5 Princípio da igualdade.....	36
6 Conclusão.....	38
Referências.....	40
DIREITO TRANSITÓRIO E REGRAS DE TRANSIÇÃO:	
DO CPC/1973 AO CPC/2015	
ELISA LOPES BARRETO	
FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CARVALHO	
FREDERICO MAGALHÃES COSTA	
GEORGE ANTÔNIO VILAS BOAS SANTIAGO	
MORGANA BELLAZZI DE CARVALHO	
ROGÉRIO LEAL PINTO DE CARVALHO .....	43
1 Introdução.....	43
2 A aplicação do Direito no tempo e o novo CPC.....	44
3 A produção de prova e o NCPC.....	50
4 O processo eletrônico e as normas de transição.....	51
5 As decisões e impugnações no direito transitório.....	53
6 Normas de transição e tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	56
7 Os impactos das normas processuais de transição nos juizados especiais.....	58
8 Considerações finais.....	61
Referências.....	62
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E ADVOCACIA PÚBLICA NO NOVO CÓDIGO	
DE PROCESSO CIVIL	
ANTENÓGENES FARIAS CONCEIÇÃO	
CLÁUDIO CAIRO GONÇALVES	
CRISTIANE GUIMARÃES	

DERALDO DIAS MORAES NETO.....	65
1 Introdução.....	65
2 Linhas preliminares.....	65
2.1 Histórico, definição e classificações.....	65
2.2 Honorários de sucumbência – Natureza jurídica.....	67
3 Honorários advocatícios e principais alterações no NCPC.....	70
4 Honorários advocatícios devidos pela Fazenda Pública no NCPC.....	74
5 Honorários advocatícios devidos à fazenda pública no NCPC.....	80
5.1 Tratamento normativo constitucional atual da advocacia pública.....	80
5.2 Os honorários da advocacia pública e o NCPC.....	82
5.3 A competência suplementar dos entes federados.....	84
5.4 Do caráter alimentar dos honorários advocatícios devidos à advocacia pública.....	85
5.5 Da não sujeição dos honorários a teto constitucional.....	86
6 Conclusão.....	89
Referências.....	89

## A IMPORTÂNCIA DO AMICUS CURIAE NO NOVO CPC

EDMILSON SANTOS GALIZA

EUGÊNIO KRUSCHEWSKY

FÁBIO ROGÉRIO FRANÇA SOUZA

GUILHERME SANTANA DE BRITO

UESLEI MICHAEL ARAÚJO MARQUES DE SOUZA

WENDEL RÉGIS RAMOS.....	91
1 O amicus curiae e sua história.....	91
1.2 Direito romano.....	91
1.3 Direito inglês.....	92
1.4 Direito americano.....	93
2 Fundamento constitucional.....	94
3 Natureza da atuação.....	96
4 Hipóteses de admissão do amicus curiae: regra geral.....	97
4.1 Requisito objetivo.....	98
4.2 Requisito subjetivo.....	98
4.3 Processos em que se admite a intervenção do amicus curiae.....	100
4.4 Procedimento.....	101
5 Hipóteses de cabimento: regras especiais.....	101
6 Poderes e limites de atuação do amicus curiae.....	104
7 Conclusão.....	105
Referências.....	106

## PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA

CARLOS AHRINGSMAN

DANIELLE CINTRA

LEILA RAMALHO

RODRIGO MOURA

ROSANA PASSOS

SISSI VEGA.....	109
1 Introdução.....	109
2 Fixação de honorários.....	110
3 Regime de custas – dispensa do adiantamento para a Fazenda Pública.....	113
4 Reexame necessário.....	115
5 Prazos processuais diferenciados para a Fazenda Pública.....	118
6 Intimação pessoal dos advogados públicos.....	120
7 Execução contra a Fazenda Pública.....	120
8 Considerações Finais - Panorama analítico das alterações veiculadas pelo novo CPC.....	124
Referências.....	126

## A TUTELA DE URGÊNCIA NO NCPC

ANDRÉA MARIA BATISTA BURGOS

EDUARDO MAIA CARNEIRO

HUGO COELHO RÉGIS

JOSÉ EDUARDO CHAVES REBOUÇAS

MÁRIO CÉSAR LIMA

RICARDO JOSÉ COSTA VILLAÇA.....	127
1 Introdução.....	127
1.1 Antecedentes históricos das tutelas de urgência.....	127
1.2 Tutela de Urgência no Código de Processo Civil de 1973.....	128
2 Desenvolvimento.....	131
2.1 A tutela antecipada no novo Código de Processo Civil.....	131
2.2 Tutela cautelar no novo CPC.....	133

2.3 Tutela de urgência x Tutela de Evidência.....	137
3 Conclusão.....	140
Referências.....	142

#### TUTELA DE EVIDÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

AURIVALDO JOSÉ MOREIRA DE CARVALHO FILHO

CÂNDICE LUDWIG ROMANO

LERROY BARROS TOMAZ DOS SANTOS

LÍLIAN PEREIRA GOMES MORAES

LUIZA LEAL LAGE

SIMONE SILVANY DE SOUZA PAMPONET.....

145

1 Introdução.....	145
2 Tutela de evidência no código atual e o novo CPC (Hipóteses art. 311).....	146
3 Atenuação do efeito suspensivo da apelação.....	149
4 Tutela de evidência e a Fazenda Pública – Enunciados 34 e 35 do Fórum Permanente de Processualistas.....	150
5 As hipóteses de tutela de evidência podem também revelar conduta de má fé do réu?.....	153
5.1 O princípio da boa-fé.....	153
5.2 A tutela de evidência e a boa-fé no novo CPC.....	154
6 As hipóteses de decisão liminar na tutela de evidência relativa aos incisos II e III e a constitucionalidade.....	155
Referências.....	157

#### NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A FAZENDA PÚBLICA

CÉLI GUIMARÃES MARQUES

JULIANA LIMA DAMASCENO

MANUELA PORTUGAL CORREIA MEIRA

MARIANA TANNUS FREIRAS

PAULA MORRIS MATOS

VERÔNICA S. DE NOVAES MENEZES.....

159

1 Introdução.....	159
2 Negócio jurídico processual: aspectos gerais.....	160
3 Negócio jurídico processual e Fazenda Pública.....	162
4 Negócios jurídicos processuais e licitações públicas.....	169
5 Conclusão.....	175
Referências.....	176

#### AS NOVIDADES REFERENTES À REVELIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - NCPC

ALMERINDA LIZ FERNANDES

ANA CRISTINA BARBOSA DE PAULA OLIVEIRA

ANTÔNIA OLIVEIRA BOAVENTURA MARTINS

ANDRÉA SENTO-SÉ VALVERDE

ÉRICA OLIVEIRA

SELMA REICHE BACELAR ..... 179

1 Introdução.....	179
2 Revelia: conceito.....	180
3 Breve análise acerca das alterações sobre o instituto da revelia no CPC de 2015.....	181
3.1 Supressão no CPC de 2015 dos termos do art. 321 do CPC de 1973.....	181
3.2 Análise do art. 344 do CPC de 2015.....	182
3.3 Análise do art. 345 do CPC de 2015.....	182
3.4 Análise do art. 346, 347 e 348 do CPC de 2015.....	183
3.5 Análise do art. 349 do CPC de 2015.....	184
3.6 Análise do art. 350 do CPC de 2015.....	184
3.7 Análise do art. 351 e 352 do CPC de 2015.....	184
4 Princípios norteadores.....	185
5 Da resposta do réu.....	187
5.1 Contestação e reconvenção.....	187
5.2 Litisconsórcio.....	193
6 Consequências e efeitos processuais e materiais da revelia.....	195
6.1 Julgamento antecipado da lide.....	195
6.2 Direitos indisponíveis. Direito público.....	196
7 Considerações finais.....	197
Referências.....	198

#### FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ÂNGELA SORAYA BEZERRA DE MELLO NASCIMENTO

FERNANDO JOSÉ SILVA TELLES	
GIANI SANTOS CEZIMBRA	
JÚLIA QUEROL BOTO MAGALHÃES	
LEONARDO SÉRGIO PONTES GAUDENZI	
MARIA ELOY ALLEGRO ANDRADE .....	201
1 Introdução.....	201
2 Do dever de fundamentação e das alterações trazidas pelo novo CPC.....	202
2.1 Breve histórico e dimensão do conceito de sentença.....	202
2.2 Fundamentação e alterações trazidas pelo novo CPC.....	203
3 Ausência e deficiência da fundamentação.....	208
3.1 Decisões consideradas não fundamentadas no novo Código.....	208
4 Da necessidade de fundamentação analítica no novo CPC.....	210
5 Utilização da técnica da ponderação na solução de conflitos entre princípios e/ou normas no novo Código.....	212
6 Da interpretação da decisão judicial e o princípio da boa-fé.....	213
7 Considerações finais.....	214
Referências.....	215

#### BREVE ANÁLISE DA COISA JULGADA À LUZ DO NOVO CPC

ANDRÉA GUSMÃO	
CLÁUDIA SOUZA ARAGÃO	
DANIEL SILVA COSTA	
DEYSE DEDA CATHARINO GORDILHO	
LÍLIAN DE NOVAES COUTINHO FIUZA	
NACHA GUERREIRO SOUZA AVENA .....	217
1 Introdução.....	217
2 Conceito legal.....	218
2.1 Coisa julgada formal e material.....	219
3 Formação da coisa julgada. Pressupostos.....	220
3.1 Regimes de formação da coisa julgada.....	222
4 Conceito de limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.....	223
5 Questões prejudiciais e coisa julgada. Modificações do novo CPC.....	224
5.1 Polêmica que envolve a mudança legislativa.....	226
6 Coisa julgada e seu limite temporal.....	228
7 Conclusão.....	230
Referências.....	231

#### A NOVA AÇÃO MONITÓRIA

LUIZ CLÁUDIO GUIMARÃES	
CRISTIANE NOLASCO MONTEIRO DO REGO	
ANDRÉ MONTEIRO DO REGO	
MARCOS VINÍCIUS CAMINHA	
MARIA AMÉLIA MACIEL MACHADO	
ANDRÉ LUIZ RODRIGUES LIMA .....	233
1 Introdução.....	233
2 O perfil da nova ação monitória. Definição. Estudo comparativo com o CPC de 1973.....	234
2.1 Definição/cabimento.....	234
2.2 Natureza jurídica.....	235
2.3 Antecedentes.....	236
2.4 Estudo comparativo.....	238
3 Vantagens da ação monitória sobre o procedimento comum. Visão crítica.....	239
4 Cabimento da ação monitória contra a Fazenda Pública. Pontos críticos.....	241
5 Efeito suspensivo dos embargos monitórios. Reexame necessário e efeitos da apelação.....	244
6 Conversão do mandado monitório em título executivo judicial e os embargos da Fazenda Pública.....	246
7 Prova escrita constituída por prova oral e seu enfrentamento nos embargos monitórios.....	248
8 Conclusões.....	250
Referências.....	252

#### INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO CUMPRIMENTO, PELA FAZENDA PÚBLICA, DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR QUANTIA CERTA DECORRENTE DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL

AYRTON BITTENCOURT	
GILBERTO BAHIA	
HÉLIO VEIGA	
JORGE SALOMÃO O. DOS SANTOS	
RAIMUNDO L. DE ANDRADE	

VICENTE BURATTO .....	255
1 Introdução.....	255
2 O direito como sistema jurídico – Supremacia da Constituição.....	256
3 Dos princípios constitucionais processuais e dos princípios processuais.....	260
4 Do procedimento relativo ao cumprimento de sentença.....	262
5 Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade da obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, segundo o novo CPC.....	263
5.1 Dos requisitos para o cumprimento da sentença.....	263
5.1.1 Da execução invertida.....	263
5.1.2 Discriminando o demonstrativo do débito.....	264
5.1.3 Da multa pela mora no cumprimento de obrigação de pagar.....	265
6 Dos meios de defesa da Fazenda Pública no cumprimento de sentença por quantia certa.....	265
6.1 Da inexigibilidade do título por decisão do STF em controle difuso ou concentrado de inconstitucionalidade.....	266
6.2 Litisconsórcio ativo.....	269
7 Do cumprimento provisório de sentença condenatória em obrigação de pagar contra a Fazenda Pública.....	269
8 Regime de precatório. Condicionamentos ao procedimento de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Regras de pagamento de obrigações de pequeno valor.....	271
9 Das conclusões.....	272
Referências.....	273

#### MEIOS DE DEFESA DO EXECUTADO NO NOVO CPC

ALINE SOLANO SOUZA CASALI BAHIA	
CINTHYA VIANA FINGERGUT	
CRISTINA SACRAMENTO BARROS SILVA	
JULIANA MENDES SIMÕES	
ROSANA JEZLER GALVÃO .....	275
1 Introdução .....	275
2 Das defesas típicas.....	276
2.1 Do cumprimento de sentença.....	276
2.1.1 Noções gerais.....	276
2.1.2 Início da execução do cumprimento de sentença.....	277
2.1.3 Documentação obrigatória na execução do cumprimento da decisão.....	278
2.1.4 Impugnação do devedor.....	279
2.1.5 Efeitos da impugnação.....	281
2.1.6 Coisa julgada inconstitucional na impugnação de sentença.....	281
2.1.7 Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	282
2.1.8 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	282
2.2 Dos embargos do executado no novo Código de Processo Civil.....	283
3 Das defesas atípicas.....	286
3.1 Da impugnação para validade e adequação da penhora e da avaliação.....	287
3.2 Da impugnação à indisponibilidade dos ativos financeiros.....	288
3.3 Da impugnação à arrematação.....	289
3.4 Ações autônomas.....	290
3.5 Exceção de pré-executividade.....	291
4 Conclusão.....	293
Referencias.....	294

#### FRAUDE CONTRA CREDORES

ADILSON BRITO AGAPITO	
MARIA DAS GRAÇAS FARIAS	
NAILDES RIOS ALVES	
PAULO CÉSAR RIBEIRO DOS SANTOS	
ZULEIK CARVALHO OLIVEIRA .....	297
1 Introdução.....	297
2 Das definições e dos conceitos.....	298
2.1 Conceitos de fraude e generalidades.....	298
2.2 Fraude e figuras afins. Dolo e má-fé, simulação e fraude à lei.....	299
2.2.1 Dolo e má-fé. Dolo.....	299
2.2.2 A simulação.....	299
2.2.3 A fraude à lei.....	301
3 Fraude contra credores X fraude à execução. Diferenças e proximidades.....	301
3.1 Similitudes e diferenças entre fraude contra credores e fraude contra a execução.....	303

4 Hipóteses de cabimento. O atual art. 593, I a III do CPC. Sua alteração pelo novo CPC. Quando ocorre? Critério objetivo de reconhecimento da fraude à execução.....	305
4.1 Hipótese de cabimento: O atual art. 792 do NCPC. Quando ocorre?.....	305
4.2 Quais são as possibilidades, previstas no CPC, para se levar ao conhecimento de terceiro a existência de demanda em curso contra o devedor, para que o direito deduzido em juízo também produza efeitos em relação a eles (oponibilidade) como de prevenção à fraude? Da publicidade.....	306
4.3 Critério objetivo de reconhecimento da fraude à execução. Terceiros de boa-fé.....	307
5 Construção jurisprudencial acerca do tema. Casuísticas envolvendo as hipóteses de fraude à execução.....	309
5.1 Casuísticas atuais envolvendo as hipóteses de fraude à execução - Hipóteses de não cabimento contemplada pelos tribunais.....	310
5.2 Fraude à execução antes da citação válida, é possível?.....	314
5.3 Alegação de ser bem de família pelo adquirente fraudulento.....	318
6 O CPC criou uma teoria de fraude aplicável ao processo, já que há dificuldade de se estabelecer quais fatos podem, ou não, ser determinados como fraudulentos em face de lacunas legais. Como o novo CPC a disciplina?.....	321
7 Conclusão.....	325
Referências.....	326

#### AÇÃO RESCISÓRIA NO NCPC

MAURÍCIO LUIZ BRITTO DA MOTA	
LILIANE MATOS FERREIRA ALBIANI ALVES	
MARIA LAURA CALMON DE OLIVEIRA	
JAILTON AZEVEDO CÂNCIO	
LUÍS GERALDO MARTINS DA SILVA	
DANIEL VIANA DE CASTRO OLIVEIRA .....	327
1 Introdução.....	327
2 Noções fundamentais sobre a ação rescisória.....	328
2.1 Natureza jurídica, pressupostos e objeto.....	328
3 Hipóteses de cabimento da rescisória no novo CPC.....	332
4 Prazo da ação rescisória no novo CPC.....	338
5 Competência, legitimidade e aspectos procedimentais.....	341
Referências.....	345

#### PRINCIPAIS INOVAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO ÂMBITO RECURSAL

ADRIANO FERREIRA DA SILVA	
CRISTIANE DE ARAÚJO GÓES MAGALHÃES	
FABIANA ARAÚJO ANDRADE COSTA	
FERNANDO PEREIRA LIMA	
MARIA DA CONCEIÇÃO GANTOIS ROSADO	
VERÔNICA SILVA BRITO .....	347
1 Introdução.....	347
2 Novidades no âmbito recursal: aspectos gerais.....	348
3 Apelação.....	350
4 Agravo de instrumento.....	352
5 Embargos de declaração.....	355
6 Recursos especial e extraordinário.....	358
7 A “supressão” dos embargos infringentes.....	361
8 Conclusão.....	363
Referências.....	364

#### INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS:

##### UMA APRESENTAÇÃO

ANA CELESTE BRITO DO LAGO	
FERNANDA DE SANTANA VILLA	
JOSÉ CARLOS WASCONCELLOS JÚNIOR	
LORENA MIRANDA SANTOS BARREIROS	
PALOMA TEIXEIRA REY	
PAULO EMÍLIO NADIER LISBÔA.....	365
1 Introdução.....	365
2 A evolução das demandas de massa e o sistema processual civil brasileiro. Instituição de microsistema para tratamento de casos repetitivos no CPC/2015.....	365
3 A constitucionalidade do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	369
4 Aspectos formais para a propositura do incidente de resolução de demandas repetitivas: requisitos, legitimidade e competência.....	370
4.1 Requisitos para utilização do IRDR.....	370
4.2 Legitimidade para instauração do incidente.....	372

4.3 Competência para processamento e julgamento do IRDR.....	372
5 Procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	374
5.1 O juízo de admissibilidade do IRDR.....	374
5.2 O processamento do IRDR.....	375
6 A aplicação do precedente decorrente do julgamento do IRDR.....	377
7 Conclusão.....	379
Referências.....	379

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O PROCESSO DO TRABALHO

ANA PAULA TOMAZ MARTINS

GUSTAVO LANAT PEDREIRA DE CERQUEIRA FILHO

1 Introdução.....	381
2 Das normas processuais civis.....	382
3 Dos sujeitos do processo.....	383
4 Dos atos processuais.....	384
5 Da tutela provisória.....	385
6 Do processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. Do processo de execução.....	386
7 Dos processos nos tribunais.....	388
8 Incidente de assunção de competência.....	389
9 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	391
10 Recursos repetitivos na justiça do trabalho. Recursos de revista repetitivos.....	394
11 Conclusão.....	397
Referências.....	397

SOBRE OS AUTORES .....	399
------------------------	-----